

**ANEXO ÀS CONTAS DO CENTRO COMUNITÁRIO PAROQUIAL DA
RAMADA**

ANEXO ÀS CONTAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. Identificação da entidade:

- 1 – Designação da entidade: Centro Comunitário Paroquial da Ramada
- 2 – Sede: Rua Marquesa de Alorna, Nº 4
- 3 – Natureza da atividade: O Centro Comunitário Paroquial da Ramada assume como missão colocar práticas de qualidade e inovadoras ao serviço do desenvolvimento da comunidade, promovendo a autonomia e o bem-estar das pessoas em todas as fases da sua vida, envolvendo e valorizando simultaneamente todos os colaboradores, fornecedores, parceiros e membros numa perspetiva de melhoria contínua e satisfação pessoal.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou não dizem respeito a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2017.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

2.4 – Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL – divulgação transitória:

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - POCIPSS) para este normativo é 1 de janeiro de 2012.

Salientamos que as demonstrações financeiras do ano de 2012 foram as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas:

~~3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:~~

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas Devedores e Credores por Acréscimos e Diferimentos.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. De ressaltar que o custo histórico não inclui o respetivo valor do IVA nos casos em que foi solicitada a restituição deste imposto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	25-50 anos
Equipamento básico	8-12 anos
Equipamento de transporte	4-5 anos
Equipamento administrativo	3-5 anos

Associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.



Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor, ou a norma legal aplicável a cada entidade, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*

Assim, o Centro Comunitário Paroquial da Ramada, encontra-se isenta de IRC ao abrigo do atrás descrito.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário dos Órgãos Sociais sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2017	2016
Numerário	5.713,43	2.715,65
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	223.038,94	115.915,14
Caixa e seus equivalentes	228.752,37	118.630,79
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	228.752,37	118.630,79
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

Exercício de 2017

Movimentos	Rubricas						Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:							
Valor de aquisição	0,00	1.275.903,29	27.462,73	144.371,37	227.767,96	0,00	1.675.505,35
Depreciação acumulada	0,00	-765.541,97	-27.462,73	-100.095,32	-216.345,01	-0,00	-1.109.445,03
Valor líquido inicial	0,00	1.250.385,22	0,00	44.276,05	11.422,95	0,00	566.060,32
Movimentos do ano:							
Aquisições	0,00	0,00	0,00	28.133,66	7.910,19	0,00	36.043,95
Depreciação do exercício	0,00	-25.518,07	0,00	-9.086,31	-1.607,22	0,00	-36.211,59
Total de movimentos	0,00	-25.518,07	0,00	-19.047,35	6.302,97	0,00	167,65
Saldo final:							
Valor de aquisição	0,00	1.275.903,29	27.462,73	144.371,37	227.767,96	0,00	1.675.505,35
Depreciação acumulada	0,00	-791.060,04	-27.462,73	-109.181,62	-217.952,23	0,00	-1.145.656,62
Valor líquido final	0,00	484.843,25	0,00	36.596,43	9.815,73	0,00	529.848,73

Exercício de 2016

Movimentos	Rubricas						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:							
Valor de aquisição	231.747,39	1.601.314,78	30.448,58	275.445,73	280.671,95	2.544,87	2.422.173,30
Depreciação acumulada		-612.213,47	-30.448,58	-242.877,25	-280.415,47	-2.544,87	-1.168.499,64
Valor líquido inicial	231.747,39	989.101,31	0,00	32.568,48	256,48	0,00	1.253.673,66
Movimentos do ano:							
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	3.420,82	0,00	3.420,82
Regularizações	0,00	-325.411,49	-2.985,85	-159.208,02	-64.235,00	-2.544,87	-786.132,62
Depreciação do exercício	0,00	-25.518,07	0,00	-7.679,62	-164,54	0,00	-33.362,23
Reg. depreciações	0,00	6.508,25	2.985,85	0,00	64.235,00	2.544,87	235.481,99
Total de movimentos	0,00	-344.421,31	0,00	7.679,62	3.256,28	0,00	-580.592,04
Saldo final:							
Valor de aquisição	0,00	1275.903,29	27.462,73	116.237,71	219.857,77	0,00	1.639.461,50
Depreciação acumulada	0,00	-765.541,97	-27.462,73	-100.095,32	-216.345,01	0,00	-1.109.445,03
Valor líquido final	0,00	510.361,32	0,00	16.142,39	3.512,76	0,00	530.016,47

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Existem ativos, edifícios e outras construções, dados como garantia de passivos, financeiros.

5.3 – Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período:

A depreciação reconhecida no exercício foi de 36.211,59 euros.



5.4 – Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não existem bens desta natureza.

5.5 – Investimentos em Curso:

O montante investido:

Edifícios em Construção	2017	2016
Polo Social Santa Teresinha	319.045,51	319.045,51

6. Propriedades de investimento:

6.1 – Modelo aplicado (justo valor ou custo):

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente ao custo de aquisição/doação, o qual inclui os encargos com a transação.

7. Inventários:

7.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

7.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Categoria de Inventários	2017	2016
Matérias-primas	0,00	2.855,36

7.3 – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

Natureza	2017	2016
Inventário inicial	2.855,36	4.224,68
Compras	42.663,21	94.519,10
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	40.003,95
Inventário final	0,00	2.855,36
Gasto dos inventários vendidos e consumidos	45.518,57	135.892,37

8. Clientes e outras contas a receber:

8.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de clientes apresenta-se como segue:

Natureza	2017	2016
Cientes/utentes conta corrente	8.678,87	3.644,95
Cientes/utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00
Total bruto	8.678,87	3.644,95
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	8.678,87	3.644,95
Adiantamentos de clientes - Cauções	540,23	1.888,26

A exposição da Entidade ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Entidade de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Entidade entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. A 31 de Dezembro 2017 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe das outras contas a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2017	2016
Adiantamentos operações com outro pessoal	0,00	700,00
Devedores por acréscimos	0,00	20.011,91
Outros devedores	8.345,83	298.256,29
Total	8.345,83	318.968,20

9. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2016 e 2017, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

10. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Empréstimos bancários	203.429,13	199,00	203.628,13
Outros Financiadores	0,00	150.000,00	150.000,00
Total	203.429,13	150.199,00	353.628,13

10.1 – Informação a prestar referente a locações financeiras (locatários):

De salientar que não existem rendas contingentes reconhecidas.

10.2 – Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos foram reconhecidos como um gasto no período no valor de 26.630,78 euros.

11. Fornecedores e outras contas a pagar:

11.1 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

~~Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.~~

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2017	2016
Fornecedores conta corrente	248.453,77	299.595,45
Total	248.453,77	299.595,45
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00

As outras contas a pagar apresentam-se como segue:

Natureza	2017	2016
Pessoal	3.497,00	3.422,75
Remunerações a liquidar	209.182,75	215.602,55
Fornecedores de investimentos	110.764,22	113.129,57
Outros acréscimos de gastos	0,00	135,86
Outros credores	0,00	126.759,69
Total	323.443,97	459.050,42

12. Estado e outros entes públicos:

A rubrica do Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2017		2016	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	6.374,88	0,00	7.093,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	11.866,79	112,56	3.519,71	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	36.923,54	0,00	36.419,12
Outras tributações	0,00	267,58	0,00	0,00
Total	11.866,79	43.678,56	3.519,71	43.512,12

13. Rédito:

13.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

13.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2017	2016
Prestações de serviços:		
Quotas e mensalidades	610.724,07	491.112,57
Serviços Secundários	1.972,67	2.496,50
Total de prestações de serviços	612.696,74	493.609,07
Outros rendimentos e ganhos:		
Rendimentos suplementares	14.539,21	3.877,99
Imputação de subsídios para investimentos	898.854,49	9.827,40
Donativos	86.990,53	109.397,66
Outros	250,00	13.505,09
Total de outros rendimentos e ganhos	1.000.634,23	136.608,14
Juros, dividendos e outros rendimentos:		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total de Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	0,00

No Apêndice I apresentamos a prestação de contas por tipologia de resposta social.

14. Subsídios, doações e legados à exploração:

14.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos nos Fundos patrimoniais, caso esses ativos não sejam depreciables ou não amortizáveis.

14.2 — Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Os rendimentos provenientes dos Subsídios decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	898.854,49	847.618,11

fm

As outras variações nos fundos patrimoniais respeitam a subsídios e doações, conforme segue:

Descrição	2017	2016
<u>Subsídios</u>		
PIDDAC	0,00	432.604,70
Autarquias	146.081,79	0,00
BPI	0,00	95.000,00
Instituto Segurança Social	749.078,57	0,00
DREL	0,00	0,00
Centro de Emprego	3.694,13	0,00
Doações	86.990,53	245.909,02
Total	985.845,02	773.513,72

No Apêndice II pode ser verificado o mapa de controlo dos subsídios para investimentos.

14.3 — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que foram reconhecidas.

Não aplicável.

14.4 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

O Centro Comunitário Paroquial da Ramada, tem obtido diversos apoios referentes a géneros alimentares, nomeadamente, através do Banco Alimentar, Continente e Pingo Doce.

14.5 — Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos têm sido a Segurança Social e o Município de Odivelas.

15. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma, por ordem de grandeza:

Natureza	2017	2016
Exploração Refeitórios	95.147,97	0,00
Trabalhos especializados	54.601,77	30.931,95
Publicidade	35,00	0,00
Honorários	625,00	19.272,50
Vigilância e Segurança	0,00	400,00
Conservação e reparação	17.656,08	6.951,95
Serviços Bancários	1.559,53	0,00
Materiais	24.402,11	0,00
Electricidade	23.061,98	26.769,40
Outros Flúidos	6.856,39	7.839,49
Água	7.277,23	6.774,44
Deslocações	1.414,33	0,00
Rendas	8.165,81	0,00
Comunicação	8.309,62	7.167,09
Seguros	4.994,00	0,00
Contencioso	242,60	0,00
Despesas Representação	83,70	0,00
Produtos de Limpeza	4.066,26	9.418,83
Diversos	38.493,78	53.856,86
Encargos com Utentes	1.504,81	0,00
Total	298.497,97	169.382,51

16. Gastos com pessoal:

Os gastos com pessoal decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2017	2016
Remunerações do pessoal	853.895,60	872.569,86
Indemnizações	5.020,70	3.993,21
Encargos sobre remunerações	189.078,85	195.626,78
Seguros de acidentes de trabalho	6.280,99	10.775,00
Outros gastos com o pessoal	1.032,89	6.610,51
Remunerações com apoio IEFP	158,64	0,00
Total	1.055.467,67	1.089.371,00

5m

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 98.

No Apêndice III apresentamos um resumo do n.º de colaboradores e de utentes por tipologia de resposta social.

17. Outros gastos e perdas e gastos e perdas de financiamento:

Os outros gastos e perdas e os gastos e perdas de financiamento decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2017	2016
Outros gastos e perdas:		
Impostos	433,05	0,00
Descontos pronto pagamento concedidos	0,53	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	6.504,61	3.039,66
Donativos em géneros para a comunidade	5.835,69	48.088,61
Gastos com Apoios Financeiros	65.860,47	0,00
Outros não especificados	283,07	737,63
Total de outros gastos e perdas:	78.917,42	51.865,90
Gastos e perdas de financiamento:		
Juros suportados	26.630,78	27.774,37
Total de gastos e perdas de financiamento	26.630,78	27.774,37

18. Acontecimentos após a data do balanço:

18.1 — Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da Direção.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

18.2 — Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção



Contabilista Certificado



Centro Comunitário Paroquial da Ramada

Balço em dezembro de 2017
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	(5)	848.894,24	849.061,98
Investimentos Financeiros		1.787,03	1.496,57
Outros créditos e activos não correntes		0,00	0,00
		850.681,27	850.558,55
Activo corrente			
Inventários	(8)	0,00	2.855,36
Clientes	(14)	9.219,10	3.128,95
Estado e outros entes públicos	(16)	11.866,79	3.519,71
Diferimentos	(16)	13.618,21	17.881,70
Outros activos correntes	(16)	308.200,16	318.136,05
Caixa e depósitos bancários	(4)	228.645,52	118.630,79
		571.549,78	464.152,56
Total do activo		1.422.231,05	1.314.711,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Resultados transitados	(14)	92.364,05	92.364,05
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	(14)	-603.096,72	-573.283,66
		773.513,72	773.513,72
Resultado líquido do período		262.781,05	292.594,11
		33.360,25	(29.813,06)
Interesses minoritários		296.141,30	262.781,05
		0,00	0,00
Total dos Fundos Patrimoniais		296.141,30	262.781,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		203.429,13	194.682,17
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		203.429,13	194.682,17
Passivo corrente			
Fornecedores	(13)	248.008,57	299.595,45
Estado e outros entes públicos	(15)	43.678,56	43.512,12
Financiamentos obtidos		150.199,00	476,09
Diferimentos		67.666,95	54.073,70
Outros passivos correntes		413.107,54	459.590,53
		922.660,62	857.247,89
Total do passivo		1.126.089,75	1.051.930,06
Total dos Fundos Patrimoniais e do passivo		1.422.231,05	1.314.711,11

A Direção

Célia M. Simões Antas
O Contabilista Certificado

Centro Comunitário Paroquial da Ramada

Demonstração dos Resultados para o exercício findo em dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	(9)	545.710,11	493.609,07
Subsídios, doações e legados à exploração		898.854,49	847.618,11
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(11)	42.838,83	135.892,37
Fornecimentos e serviços externos	(12)	298.485,47	169.382,51
Gastos com pessoal	(13)	1.055.467,67	1.089.371,00
Outros rendimentos		127.347,41	136.608,14
Outros gastos		78.917,42	51.865,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		96.202,62	31.323,54
Ganhos/reversões de depreciação e amortização	(18)	36.211,59	33.362,23
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59.991,03	(-2.038,69)
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	(21)	26.630,78	27.774,37
Resultado antes de impostos	(12)	33.360,25	(29.813,06)
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		33.360,25	(29.813,06)

A Direção

Célia M. Santos Antas
O Contabilista Certificado